

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2022

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, no edifício da Casa dos Noura em Alijó, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, esteve ausente justificadamente: Renato Luís de Araújo Forte Sampaio, tendo sido substituído por Bruno Pinto Lopes, Rui Francisco Morais Lopes, tendo sido substituído por Mariana Magalhães Pereira da Silva e Maria Manuela Afonso Lourenço Alves, tendo sido substituída por Ana Isabel do Carmo Sequeira Carvalho. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Vítor Ferreira, Sónia Pires, Mafalda Mendes e Anabela Pereira. -----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Alberto Queirós Canelas, e secretariada pelos Senhores Secretários, Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão e Mário Joaquim Vaz. -----

PRESIDENTE DA MESA: Verificada a existência de "quórum" foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

P O N T O S	ORDEM DO DIA	Deliberação			
		Apreciação	Conhecimento	Aprovação	Ratificação
1	EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.		X		
2	PRESENTE INFORMAÇÃO EE/2022/902 APRESENTANDO O PROJETO FINAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BIKE SHARING – ALIJÓ.			X	
3	PRESENTE CED/2022/974 REFERENTE A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO II – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO.			X	
4	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/996 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022 – ETAR'S BIOLÓGICAS – BACIA DO RIO TUA (2021/1/76) E ETAR'S BIOLÓGICAS – FORA DA BACIA DA ALBUFEIRA DO RIO TUA (2021/1/86 E 2021/1/83).			X	
5	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/997 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022 – ETAR'S BIOLÓGICAS – FORA DA BACIA ALBUFEIRA DO RIO TUA (2021/1/83).			X	
6	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1016 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 33.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 – MODIFICATIVA.			X	
7	PRESENTE COMUNICAÇÃO DA CPCJ DE ALIJÓ REFERENTE AO TÉRMINO DE MANDATO E NECESSIDADE DE ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º17 DA LEI N.º 147/99, DE 01/09 – LEI DE				X



PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL.				
--	--	--	--	--

PRESIDENTE DA MESA: Foi recebida uma comunicação, informando que o Deputado Renato Sampaio não poderia estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 30/09/2022. -----
Nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e art.º 12.º e 15.º do Regimento da Assembleia Municipal foi a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi proposto. Justificada pela Mesa a falta e verificada a identidade e legitimidade, tomou posse como Deputado Bruno Pinto Lopes conforme documento anexo à presente ata. -----

Informa que a Deputada Municipal Maria Teresa Pereira Santos apresentou renúncia ao mandato, pelo que, nos termos da lei é substituída pelo Deputado Artur Manuel Silva Almeida, que já tinha tomado posse na sessão da Assembleia Municipal realizada em 11/02/2022. -----

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais bem-vindos por nos acompanharem aqui nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

Como habitualmente, felicitar as iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal e destaque, entre muitas outras atividades no concelho, a inauguração das obras da Nossa Senhora da Piedade, o Festival do Moscatel, a cerimónia de aniversário da GNR aqui em Alijó e também a visita à Vila do Pinhão pela Comissão Parlamentar para Acompanhamento dos Fundos Europeus. É bom para a sensibilização dos poderes públicos, isto tem a ver com a reparação da Rua António Manuel Saraiva. Acho uma boa iniciativa trazer aqui os senhores deputados, por uma questão de sensibilização. -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DE 29 DE ABRIL 2022-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação a ata da sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois para aprovação. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente coloca à votação a ata da sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, tendo sido aprovada por unanimidade, pelos Deputados que estiverem presentes naquela sessão. -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DE 30 DE JUNHO 2022-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca a ata da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e vinte e dois para aprovação. É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o senhor Deputado: António Fernandes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Sobre esta ata acho que me cumpre dizer duas coisas. Como nós em várias vezes e bem, quando achamos que as atas não correspondem, quando achamos que as atas devem ter outra leitura mais fácil, quando achamos que há incorreções nas atas, pedimos que essas correções sejam feitas. Também achamos que é de elementar justiça que quando realmente as atas se apresentam da forma

que se apresentam agora, portanto, como uma leitura acessível, corretas, não me estou a referir às vírgulas nem é necessário isso, mas que realmente correspondem ao que se passa nas Assembleias. Também, acho que o devemos fazer e devemos fazer com a mesma acutilância, com a mesma elevação com que se faz o contrário. Por isso, os meus parabéns, para quem elabora as atas, para quem colabora na sua elaboração e também para quem dá o seu contributo para que se chegue a este desiderato final. Termos umas atas bem organizadas, bem compactadas e que é de fácil acesso. Por isso, não sei quem é que faz esse trabalho, também pouco me importo com isso, mas o certo é que quando alguém desenvolve um trabalho dessa forma está a facilitar também o trabalho dos outros e está a facilitar também para que estás Assembleias corram da melhor forma. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação a ata da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e vinte e dois, tendo sido aprovada por unanimidade, pelos Deputados que estiverem presentes naquela sessão. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Lurdes Nunes, Aurelina Pereira, Raffaele Batista, Cláudio Vilela, Glória Veiga, António Fernandes, João Cruz e Estela Teixeira -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sr.^a Deputada Lurdes Nunes. -----

DEPUTADA LURDES NUNES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----
Com esta minha intervenção pretendo deixar uma nota de contentamento e agradecimento ao Executivo Municipal pela boa notícia recebida no passado dia vinte e sete, em pleno Dia Mundial do Turismo. Aprovação da candidatura de requalificação ambiental e paisagística da ribeira de São Mamede de Ribatua. A construção dos passadiços pedonais enquadrados naquelas paisagens únicas, com as suas vertentes rochosas, escarpas e quedas de água. Só poderá ser um sucesso que se estenderá muito além-fronteiras e elevará o nosso concelho. -----

Os trilho das Fragas Más e o Miradouro do Ujo, por si só já referenciados e divulgados, visitados em grande escala, diria por milhares de pessoas. Sei do que falo, por que habito no seu enquadramento e vejo passar a toda a hora os amantes da natureza. Portanto, os passadiços enquadrados nesta paisagem brutal da ribeira de São Mamede de Ribatua irá ser um colmatar de um verdadeiro empreendimento turístico, postos de trabalho e quiçá a fixação dos nossos jovens nas nossas terras. Vai resultar com toda a certeza na exploração de habitações turísticas, alojamentos locais, aumento do volume e da exploração apelidada de restauração. Também irá com este projeto ser resolvido o problema de saneamento, que se arrasta há anos, nas habitações circundantes do Jardim das Laranjeiras. -----

As pessoas cada vez mais procuram o contato com a natureza para conviverem com as suas famílias e amigos. Aos que têm dúvidas, aos que criticam só porque sim, convido-os a visitar pessoalmente, por exemplo: os passadiços do Paiva e verificarem a sua beleza e sucesso em todas as suas vertentes. -----



Por último, gostaria de congratular a Adega de Favaios e a Junta de Freguesia de Favaios pelo "Festival do Moscatel". Evento grandioso no seu todo, pela organização, pelos seus concertos musicais e pela tão importante divulgação do nosso vinho. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sr.^a Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

A minha intervenção vai no sentido de destacar algumas iniciativas levadas a cabo pelo Município de Alijó, nomeadamente na parte cultural. Como sabem, nos dias quinze e dezasseis de julho realizou-se a quarta edição do "Festival Sons no Parque", na qual a Freguesia de Alijó é parceira. Foi de facto um festival que contou com oito concertos gratuitos, com artistas de Portugal, Espanha, França e Reino Unido. Voltando a organização a apostar na confluência de vários estilos musicais, atraindo um elevado número de visitantes. De realçar, como já referi, foi parceira a Junta de Freguesia de Alijó. Contudo, e na qualidade de Presidente da Junta, queria aqui enaltecer a entrega e paixão dos colaboradores do Município de Alijó que estiveram na sua organização que depositaram, desde a escolha das bandas, passando pela logística associada a este festival, tudo o que tinham. Deram o seu melhor. Portanto, e por isso, o festival teve o sucesso que teve. Portanto, a eles, o meu muito obrigado. -----

Falar também do evento cultural "Quintas à Noite", que este ano foi basicamente feito com a prata da casa, contando com a marcha de São Mamede de Ribatua, com a bombaria, que juntou os grupos de bombos do concelho. A Festa de Verão da APPACDM. E por fim, o concerto da banda de música de Carlão. A todos o meu bem-haja, por nos terem proporcionado noites magníficas. -----

Felicitar também a associação cultural "O Plátano de Alijó", pela realização do seu décimo primeiro "Festival de Folclore", mantendo desta forma viva as nossas tradições. -----

Falar também do "Teatro de Verão" que foi levada a todas as freguesias do concelho, apostando o Município de Alijó na descentralização de eventos, permitindo desta forma levar a cultura a todos. -----

Por fim, congratular-me com o facto de Alijó ter recebido a cerimónia militar no décimo terceiro aniversário da Guarda Nacional Republicana do comando territorial de Vila Real. A cerimónia que celebrou também o centésimo quinto aniversário da presença desta força militar no distrito de Vila Real. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes -----

Cabe-me, mais uma vez, já o fiz publicamente, gostava agora de o fazer perante esta Assembleia. Um agradecimento muito especial a duas entidades. Graças a elas foi possível realizar-se novamente o "Festival do Moscatel". Agradecer ao Município, por ter mais uma vez colaborado e à Adega Cooperativa de Favaios. Quero também agradecer a todos os colaboradores do Município, da Adega e da Junta de Freguesia que estiveram envolvidos na organização deste evento. -----

Como tive oportunidade de dizer na inauguração, era muito fácil estas duas entidades, juntamente com a Junta, terem deixado cair o "Festival do Moscatel", porque tivemos dois anos sem o realizar. Muitas pessoas duvidavam que se voltasse a realizar nos mesmos moldes. Entretanto, com a guerra e com a inflação era muito mais fácil termos desistido do festival. Ainda bem que estas três entidades não o fizeram porque cada vez mais o festival se torna uma parte cultural muito importante. A nível musical, também a nível de agricultura, como o colóquio, foi bastante positivo. Não sei se tiveram oportunidade

de assistir, mas devido às alterações climáticas foi um ponto muito importante e foi também para mim como agricultor. Penso que não foi um dos pontos mais altos, mas foi um ponto bastante importante deste festival. Resta-me então agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, ao Presidente da Adegas de Favaios e respetiva direção, contamos que para o ano haja novamente o "Festival do Moscatel". ----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Cumprimenta os presentes -----

Hoje trago dois temas que se interligam, um deles é a caça e o outro é a agricultura. -----

Começo pela parte da agricultura. -----

Estamos, neste momento, a terminar os últimos dias de vindima. Aquilo que se esperava era que as colheitas fossem péssimas devido à seca que nos assolou. Efetivamente a falta de água foi uma constante no setor agrícola, felizmente no setor doméstico não tivemos esse tipo de problemas. ----

Mas as colheitas não foram tão más assim. Se efetivamente no planalto de Favaios, Sanfins do Douro e Alijó até acho que se superou às expectativas, nos fundos, nos lugares mais quentes a quebra foi bastante elevada. Relativamente à agricultura o que eu tinha para dizer é o seguinte: os agricultores continuam com algumas perdas de rendimento e com esta inflação pior, ainda por que o preço dos produtos escalou, é um desastre para a economia agrícola. E há uma sugestão que eu tinha feito aqui no passado que tem a ver com uma obrigação dos agricultores do concelho de Alijó de estar cada vez mais cientes. Apenas as Freguesias de Sanfins do Douro e Vilar de Maçada eram obrigados a fazer esses tratamentos. Estou a falar agora de todo o concelho. Todo o concelho foi obrigado a fazer tratamentos para a prevenção da "cigarrinha verde" ou da "florescência dourada" como lhe queiram chamar. -----

Efetivamente os produtos são muito caros, é preciso fazer nalguns casos três aplicações. Eu deixava aqui uma sugestão para o Executivo no próximo ano, não sei o que é que o Ministério da Agricultura vai obrigar, mas para repensar uma ajuda económica aos produtores no sentido de minimizar esse constrangimento, atendendo que é uma situação obrigatória. Eu sei que muitos agricultores o fazem religiosamente por que até são obrigados a fazer e apresentar documentos. Outros não o fazem e o que é que acontece? Se uns fazem e outros não fazem, torna-se difícil controlar esta praga. O ano agrícola como já referi, se antecipadamente se previa que fosse muito mau, foi um ano razoável e penso que em termos de qualidade. Os nossos Enólogos nos irão dizer daqui a alguns meses que foi um ano de boa qualidade. -----

O outro ponto que trago aqui é a caça. -----

Como sabemos, desde sempre houveram umas divergências entre os caçadores e os agricultores. Na verdade, eu acho que eles têm que se complementar. Acho que hoje em dia já todos temos consciência disso, os agricultores já sabem que os caçadores também fazem falta no ecossistema, nomeadamente para o controlo de densidade de espécies invasoras. E falo concretamente do javali. O javali como todos nós sabemos, o Município tem feito algumas batidas para o controlo do mesmo, este ano até têm vindo mais licenças para os caçadores irem fazer as chamadas esperas noturnas ao javali, mas mesmo assim acho que não estão a ser eficazes. Todos os dias há agricultores a queixarem-se que o javali desbastou as colheitas, nomeadamente batatas, hortas e etc. E pior do que isso, que são colheitas do dia-a-dia, são as colheitas permanentes. Falo concretamente das amendoeiras, etc., árvores onde o javali chega e rapa-lhe a casca, uma árvore que iria durar vinte ou



trinta anos, fica dizimada logo naquele ano e nas plantações novas pior ainda. Eles desgraçam tudo. Efetivamente Senhor Presidente isto não é uma crítica à forma como as situações estão a ser feitas, mas é preciso repensar um bocadinho mais. Verificar melhor este controle de densidade e investir mais. Há pouco falava das queixas dos agricultores e dos caçadores que às vezes se põem uns contra os outros. Eu acho que não são os caçadores do concelho de Alijó. Os agricultores não estão contra os caçadores do concelho de Alijó, às vezes, por falta de sensibilização dos caçadores que vêm de outros concelhos e muitos deles até da cidade. Acho também que há uma falta de respeito pela propriedade privada dos agricultores do nosso concelho. Acho que tem de haver sensibilização porque é uma questão de bom senso. Eu sei que ninguém vai conseguir impor bom senso a certas pessoas, mas tem de haver alguma sensibilização aí. -----

Na questão do javali, isto é que disputou a minha intervenção na Assembleia para hoje falar sobre este tema, justifica-se por parte de alguns munícipes que se queixam da dificuldade de obter licenças para a caça noturna do javali nas suas propriedades. Muitas vezes vão ao gabinete e nem sempre conseguem arranjar as licenças. Porque lhe dizem, ok, têm prejuízo, têm problemas na sua propriedade, mas nós vamos lá mandar outro caçador. Ora bem, se a própria pessoa que está a fazer a queixa é caçador, acho que se lhe deve dar prioridade para ser ele próprio a caçar no seu terreno, até porque conhece melhor o território. Portanto, tem que haver aí alguma verificação do que é que se está a passar no sentido de melhorar. Eu não estou a dizer que está mal, também não sei se isto é verdade, foi uma comunicação que me chegou. Agora acho que era importante verificar todas estas situações no sentido de melhorar esta relação entre caçadores e agricultores, e acima de tudo proteger o fruto do trabalho dos nossos agricultores. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sr.^a Deputada Gloria Veiga. -----

DEPUTADA GLORIA VEIGA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Esta intervenção é enquanto dirigente associativa. Quero agradecer ao Executivo Municipal a atribuição do subsídio extraordinário decorrente da compensação que o Estado deu à Câmara Municipal, e que o senhor Presidente tinha prometido que daria a todas as instituições do concelho. A comunicação já chegou e por isso, num tempo tão difícil como o que hoje se vive, com o aumento de todos os custos, é uma grande mais-valia este subsídio extraordinário que o Executivo fez o favor de nos conceder. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

As minhas primeiras palavras vão para esta sala, como sabem. na última ou na penúltima intervenção eu disse que lá no auditório não teríamos as melhores condições para desempenharmos as nossas funções enquanto representantes concelhios nesta Assembleia. Mas, nem tudo é mau, eu ainda vou felicitar aqui o Senhor Presidente e quem organizou pela cor das cadeiras, que é uma cor bonita. Agora, realmente no que concerne a condições, realmente não têm janelas para o exterior, portanto, o ar circula com mais dificuldade, ou seja, estamos mais compactados e não têm as melhores funções. Para além da mais importante, como sabem, os deputados têm que fazer as suas escritas e as suas leituras, seria necessário um apoio para podermos escrever. Fazemos nos joelhos, ou não fazemos, e assim prestamos um mau contributo. Mas pronto, vi que já há vontade para mudar. A mudança traz



sempre esperança. Lá chegaremos ao Salão Nobre que é o sítio ideal, casa da democracia, para expormos as nossas ideias, as nossas reivindicações e também os nossos aplausos.

Depois, começo então pelas feiras, eventos, por todas essas iniciativas. É bom que o concelho seja dinâmico e quem nos dirige faça essas iniciativas. E as iniciativas quando são boas, mal serão se não estamos com elas. Como por exemplo: a feira de Favaios. Felicito o meu colega de Favaios, o Raffaele, felicito a Adegas de Favaios e felicito a Câmara e também toda a população que foi lá, aqueles que foram à abertura, ao encerramento e aqueles que por lá se passearam. Muito bem, é nesse encaixe que nós temos de fazer o nosso caminho. Reivindicamos sempre mais e melhor. ----- Mas, agora vamos a outras coisas. E a seca está aí bem patente, tem chovido é verdade, mas isto ainda não é nada. Já nas outras “sessões” se falou do que é que a gente deve fazer. Neste caso eu pergunto: O que é que o Executivo fez? O que é que pretende fazer para minorar este flagelo da seca? Sabemos que há concelhos já em dificuldades. E nós não podemos passar ao lado de uma tragédia destas, já começa haver limitações para várias coisas. Eu sei, tenho estado atento à barragem de Vila Chã. Tenho visto a forma como ela tem descido e depois sabem como é que é. Portanto, quanto menos água, menos habitabilidade há para os peixes. Os peixes começam a contaminar a água e nós, em vez de bebermos uma água cem por cento boa, passaremos a bebê-la com alguma deficiência. Portanto, deixo este alerta. -----

Depois, também queria perguntar ao Senhor Presidente. -----

Andou pelas Freguesias, muito bem, eu acho que o Senhor Presidente deve andar pelas Freguesias, pelas aldeias, para constatar o que é que se passa em cada local. Também foi à de Vila Chã, correu muito bem aquela iniciativa. Só que faltou uma coisa, ou seja, não se tiraram conclusões daquilo que andamos a fazer. É verdade que o Senhor Presidente me disse depois, eu venho cá para acertarmos essas coisas. O certo é que até hoje ainda não conseguiu ter tempo para resolvermos essa situação. Mas, para fazer a minha chamada de atenção, é sempre bom que quem nos represente que vá às localidades, que se inteire da situação, até para depois poderem tomar as opções mais corretas em relação àquilo que se passa nas Freguesias. Querem um exemplo? Eu tive a informação de que na Freguesia de Vila Chã, durante um mês ou durante pouco tempo, iria passar tudo a LED. Eu sou sincero, eu até prefiro a eletrificação antiga. Dá mais luz e não é tão fria como os LEDs. -----

Mas, o certo é que há duas falhas. Primeiro, penso eu, não é por nada, não havendo nada que o justifique devia começar pela sede de Freguesia. Estou á vontade até por que eu sou de Carvalho e não de Vila Chã. Deveriam começar pela sede de Freguesia, mas não, começaram por uma aldeia. Depois eu entrevi e disse, não há problema, que a seguir vai a outra. O certo é que já lá vão três ou quatro meses que aquela aldeia tem lâmpadas LED, as outras duas aldeias não têm, nem sabem quando irão ter, a menos que me deem agora essa informação. Portanto, estou à espera para saber. Entre aldeias também há rivalidades? É bem que haja rivalidades, desde que sejam saudáveis. E perguntam-me, então quando é que vêm as lâmpadas LEDs (?) e eu digo, não sei, também não tenho essa informação. Vou terminar, muito obrigado e espero muito sinceramente que me deem resposta a estas perguntas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado João Cruz.-----

DEPUTADO JOÃO CRUZ (PS): Cumprimenta os presentes -----



Eu gostaria de focar duas ou três situações que dizem respeito a São Mamede de Ribatua, situações breves, diretas e muito rápidas. Em primeiro lugar queria abordar uma questão que já foi abordada em outras sessões, que é relativamente ao bairro social de São Mamede Ribatua. -----

O bairro social de São Mamede, como provavelmente em todos os bairros, mas neste momento falo pelo bairro social de São Mamede de Ribatua que está num estado de degradação profundo. Sem condições de habitabilidade para as pessoas, com as habitações com problemas a nível de construção, asseio, de saneamento e de água. Esta questão já foi aqui ventilada nos outros mandatos e eu queria perguntar de uma forma direta e muito rápida ao Senhor Presidente, se há alguma novidade, alguma intervenção para o bairro social de São Mamede de Ribatua, uma vez que, também sabemos todos, que existe um plano de apoio à habitação. -----

Naturalmente, estas habitações, são habitações de pessoas desfavorecidas e com alguma vulnerabilidade. Falando dos beneficiários do bairro social, eu também queria perguntar ao Senhor Presidente e à Câmara em geral, tendo em conta toda está conjuntura que estamos a atravessar, de crise, de guerra, na sequência também do COVID-19, toda a gente sabe que as famílias e as pessoas em geral estão a passar algumas dificuldades. Conhecemos também algum plano do governo que está a ajudar as famílias. Eu pergunto se a Câmara também tem intenção ou tem alguma ideia de ajudar, dar algum apoio às famílias no âmbito do nosso concelho e se eventualmente essas pessoas que são beneficiárias destes bairros sociais poderão ter alguma oportunidade de algum apoio, uma vez que são pessoas já sinalizadas. E, portanto, ver a possibilidade de um apoio a essas famílias. Esse é um assunto que eu tinha aqui relativamente a São Mamede de Ribatua. -----

Tenho um outro assunto que me fizeram chegar e que tem a ver, não sei se também já há conhecimento da Câmara, com os cheiros do saneamento. Não sei se têm conhecimento, provavelmente já terá chegado alguma coisa à Junta de Freguesia. -----

Todo este verão houve muitas pessoas, do fundo do povo, que se queixaram dos cheiros e que tem a ver com a bombagem que é feita para o coletor geral e que vêm dos tanques que recebem o saneamento no bairro e que ao bombarem fazem movimentos de massas e dá cheiro através das caixas de saneamento. Eu queria saber se sabem e se há alguma intervenção em mente. -----

Se não sabem, em articulação com a Junta, agradecia que reunissem alguns esforços para resolver esse problema do cheiro, porque as pessoas não podem ter, nem janelas nem portas abertas, a determinada hora do dia, quando está em funcionamento. -----

Relativamente aos passadiços quero aqui congratular-me também com a minha colega Lurdes, da Assembleia Municipal. Ainda bem que se fez o projeto para os passadiços, ainda bem que foi aprovado por um outro ministro do ambiente, por outro governo. Ainda bem que este governo financiou o projeto e apoiou o projeto. Só que eu também dava aqui uma sugestão ao Senhor Presidente e à Câmara em geral por que dos detalhes sabemos muito pouco ou não sabemos nada. -----

Ouvimos falar no projeto, ouvimos falar de algumas intervenções a nível mais urbano, não sei se houve alterações a esse nível. Mas, eu sugeria, é uma sugestão pura e simples, fazer talvez uma sessão de informação e convidar os eleitos e o povo em geral e dar-lhes alguma informação sobre o projeto. Penso que é um projeto interessante, que vai potencializar o concelho. Foi uma boa ideia na minha opinião, agora de facto precisamos também de saber para termos uma opinião mais avalizada.

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Senhora Deputada Estela Teixeira. -----



DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS): Cumprimenta os presentes -----

O assunto que me traz aqui tem que ver com uma preocupação de todos os pais, em geral, que têm os filhos no ensino preparatório. Também é uma preocupação minha, enquanto mãe, por que apesar de estarem previstas as atividades de enriquecimento extracurricular, mais uma vez, arrancou o ano letivo, estamos na terceira semana de aulas e continuamos sem professores. A maioria dos pais é convidado a ir buscar os filhos à escola e fica sem resposta. Para os pais que trabalham, isto é extremamente complicado. Eu gostava de saber qual é a data prevista para o início das AEC e o que já foi feito para garantir um bom funcionamento e a contratação de professores para estas AEC. ----- Estas atividades são indispensáveis, não só do ponto de vista da educação e da aprendizagem, mas também no apoio às famílias, porque permitem que os pais trabalhem. -----

Uma outra pergunta era sobre as piscinas municipais. Se já há data-limite para o início das aulas de natação, e se foram feitas algumas obras de melhoramento nos balneários, já que eles acusam algum desgaste. Julgo que seria bom para toda a gente que pudessem ser feitas algumas melhorias. Não percebo muitas de obras, mas julgo que a intervenção nos balneários não acarreta um valor assim tão elevado. Estamos a falar de chuveiros, onde a água demora seguramente dez minutos a aquecer, estamos a falar, portanto, da imensa água que se perde. E depois de aquecer, continua a aquecer sempre até ao ponto de esquentar e não pode ser usada. Julgo que essa situação precisava de ser avaliada. Quem, como eu, frequenta a natação depara-se com este problema. Vou trocando comentários com as outras mães e no fundo pensamos todas o mesmo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes. -----

Eu começava por me referir aqui às condições da sala. Foi aqui falado pelo Senhor Presidente da Mesa, pelo Senhor Presidente de Junta António Fernandes. Ora bem, eu até admito que esta sala possa parecer de alguma forma claustrofóbica, não tem de facto janelas para o exterior. O que é certo é que ela tem renovação de ar, tem um sistema de renovação de ar. Não sei se os senhores deputados já sentiram falta de ar ou ar saturado, julgo que não, pois não. E depois nós estamos aqui para nos debruçarmos sobre o que nos interessa e não para ver a paisagem propriamente dita, nem o que se passa na rua. Desculpem-me a brincadeira, foi em tom de brincadeira. Sinceramente eu quis oferecer-vos o melhor. O equipamento é novo, que a todos nós deve orgulhar. É verdade que as condições ainda não são as ideais, designadamente ao nível das cadeiras, faltam os apoios para que se possam tirar notas. Mas, quis de facto que todos os Deputados Municipais ficassem a conhecer esta parte do edifício, este equipamento, que acho que tem condições, reúne condições perfeitamente para uma Assembleia Municipal. Mas, se assim não o entenderem poderemos perfeitamente escolher outro local, como já o fizemos já no passado. -----

Tentado agora responder aqui a algumas questões que foram levantadas. Primeiro agradecer as intervenções que aqui foram feitas relativamente a eventos e atividades do Município desde a última Assembleia Municipal. -----

Senhor Deputado Cláudio, fala-me aqui dos tratamentos, julgo que quis dizer "flavescência dourada", não foi? Como sabe, é de facto uma praga, é um problema muito sério que ameaça a viticultura, não só no Douro, mas no país. Portanto, isto é um problema transversal ao país. E eu julgo que aqui se impõem medidas de facto sérias, mas se impõem a nível nacional. O Município pode efetivamente



fazer aqui um esforço, mas compreenderá que se noutras regiões do país a questão não for combatida ou a praga não for combatida, nada feito. O mesmo se põe quando um produtor trata e o outro lado não trata. Por outro lado, também sabe que isto é uma praga combatida com inseticidas. Hoje como já teve oportunidade de verificar, há muitos inseticidas que foram descontinuados e vão aparecendo novos inseticidas muito mais caros, sempre mais caros. De facto, isto é um encargo muito importante, muito significativo para os produtores. E aliás, esta praga já obrigou designadamente no nosso Município a arrancar áreas significativas de vinha, é um problema também estrutural que se pode colocar no futuro. Esperamos também que o Governo central, através dos apoios, que os há também para a vinha, pense também nesta questão -----

Aceito o seu desafio, poderemos pensar e vamos pensar como a Câmara Municipal pode ajudar a atenuar os encargos com esta praga, designadamente na aquisição de inseticidas. De facto, há freguesias do nosso concelho que já exigem três tratamentos, outros, dois, não sei se há alguma que exige apenas um, sinceramente não sei. Mas de facto, exatamente na Freguesia onde eu sou viticultor, também já há vários anos que são exigidas três pulverizações, é caro de facto, mas vamos pensar nisso. -----

Prejuízos de javali. Ora bem, eu acho que o javali no nosso concelho já viu melhores dias, sinceramente. A caça que lhe tem sido dada tem sido muita, eu diria que ela está praticamente liberalizada. Nada que se compare com o que foi aqui há meia dúzia de anos atrás, mas obviamente quanto menos áreas cultivadas houver, mais incidem sobre as áreas cultivadas. E portanto, maiores, digamos, são os prejuízos nessas poucas áreas de alimento que ainda existem. -----

Depois, disse-me que há caçadores que têm alguma dificuldade em obter credenciais para a caça ao javali. Isso tem vindo a mudar bastante ao longo dos últimos anos e neste momento diria, quem emite as credenciais é o ICNF. Nós gerimos, pagamos os prejuízos e o ICNF gere ou diz quem é que vai caçar. Ou seja, isto pressupõe uma inscrição prévia por parte dos caçadores que depois em bloco é solicitada autorização ao ICNF. E o ICNF emite as credenciais e os selos já com o número de carta de caçador. O Município nem que queira propor outros caçadores para o exercício da caça, não o pode fazer. Portanto, vejam o paradoxo, o Município paga os prejuízos ao produtor, mas é o ICNF quem decide quem vai caçar. Infelizmente é assim. -----

Senhor Deputado António Fernandes, condições da sala. Penso que já falei sobre isto. -----

Quanto à seca. Eu quero dizer que neste momento, julgo, que os níveis da nossa barragem andam nos vinte e sete por cento, à volta disso. E as "Águas do Norte", que fazem a captação e o tratamento, terão baixado a boia de captação e conseguiram ali uma folgazinha de mais de oitenta/noventa mil metros cúbicos. Como sabe, as "Águas do Norte" gerem a água em alta, a captação não é do Município, foi assim digamos, entregue pela APA. É às "Águas do Norte" que compete fornecer água ao Município, em qualquer caso, quer haja quer falte água, portanto, nós sabemos e temos falado muito e frequentemente com as Águas do Norte. -----

Sabemos do projeto que, aliás, esteve em concurso e ficou deserto. Aguarda novamente ir a concurso, com um custo previsível de quase o dobro, sete milhões de euros, que liga a barragem de Pinhão Cel aqui ao norte do concelho, ao Pópulo e que permite, desde logo, evitar que a água da nossa barragem vá para Murça. Também já fizeram uma captação no Rio Tinhela que permite abastecer para já, nas atuais condições, a Vila de Murça. Logo aí já retira muita água que iria daqui para Murça. -----



Fica a possibilidade de um dia mais tarde, se mesmo assim ainda faltar água no concelho de Alijó ou houver problemas com água, de injetar de cima para baixo água no nosso concelho. É um projeto que não é para amanhã como é óbvio, sei que irá dentro de dez/quinze dias para concurso novamente. Esperamos que efetivamente desta vez tenha sucesso. -----

De resto, nós temos começado, foi até um compromisso nosso do programa eleitoral, a dotar com pelo menos um ponto de abastecimento de água, porque a seca não é só para consumo humano, é para tratamentos hidrossanitários para a vinha, para regas, combate a incêndios, enfim. -----

Nós temos um vasto plano de investimentos para a criação de pontos de água para combate a incêndios, semelhantes ao que construímos na Senhora da Boa Morte, no Pópulo. Temos outros previstos e temos também, pelo menos, um ponto de água em cada Freguesia do nosso concelho. O primeiro está concluído, que é Vilar de Maçada, seguir-se-á Sanfins do Douro, para já, em Cheires e outros que temos previstos. Portanto, neste mandato queríamos construir um ponto de água em cada uma das freguesias do nosso concelho, aproveitando linhas de água que ainda corram, aproveitando nascentes antigas que não estejam a ser usadas ou que não sejam, digamos, aptas para consumo humano. Mas, agora deixe-me que lhes diga, tivemos em tempos nas nossas páginas e através da imprensa, um vasto programa de sensibilização da população, aliás até presencial, aproveitando voluntariado jovem para sensibilizar as pessoas para a poupança de água e não só. -----

Presidência em movimento, de facto nós a dada altura suspendemos porque o calor era excessivo e era impossível dar continuidade a este nosso programa. Faltam as freguesias de São Mamede de Ribatua, Vila Verde, Pinhão, União de freguesias de Pópulo e Ribalonga e Alijó. Retomaremos em outubro com o tempo mais fresco, com as vindimas terminadas. E depois, no final aí sim, far-se-á um ponto de situação. Acho que faz todo o sentido que no final se faça um ponto da situação. -----

Senhor Presidente de Junta, nós quando nos propusemos, digamos, a iniciar este projeto o que é que nós dissemos aos Senhores Presidentes de Junta? Que nos propusessem um roteiro e que esse roteiro se completasse no final, se assim o entendessem, com uma reunião, até com a população. -----

Em alguns casos, aconteceu, noutras casos não aconteceu. Mas estamos disponíveis para retomar isto é, digamos, suprir essa falta quando for possível realizar. Mas faz todo o sentido que no final, provavelmente até já na próxima Assembleia, novembro ou dezembro, se dê conta aqui, desse trabalho realizado. Embora esta "Presidência em movimento" a meu ver ser um excelente projeto, uma excelente iniciativa que nos permite contactar com a realidade, com as pessoas, com os problemas e até discutir com os Executivos das Freguesias as melhores formas de os resolver e priorizá-los. -----

De facto, se começássemos ou se tivéssemos pedido a quem executou este projeto de substituição de iluminação antiga pela iluminação LED, comessem pela freguesia de Vila Chã, estão a ver não é, caía o "carro e a trindade". E por que é o Senhor António Fernandes e por que é a freguesia do Presidente, era o diabo. Quis o destino que ficasse quase para última, não foi! E ainda assim quem escutou, não escutou ou não cumpriu aquilo que lhe foi pedido. Foi-lhe pedido que comesse exatamente pela sede de freguesia, assim não aconteceu. Julgo que fomos todos apanhados de surpresa, e falta de facto terminar, aliás a aldeia onde eu vivo também não tem. Falta em Vila Chã e falta em Carvalho. Seguramente serão às próximas. -----

Bairro Social de São Mamede de Ribatua. -----

Senhor Deputado João Cruz, já foi tão falado este assunto, já sabe das nossas intenções



relativamente à reabilitação daquele bairro, eu sei perfeitamente da urgência dessa reabilitação. Agora, deixe-me que lhe diga uma coisa, nós temos cerca de quatro milhões, eu até diria que não tem limite este número a fazer fé nas palavras do governo, de quem nos tutela nesta área. Não há limite, ou seja, se mais for preciso, mais estará disponível e nós lá iremos trazê-lo. -----

Agora, os problemas põem-se depois no terreno, quando avançamos para isto. Sabe que em todos os bairros que nós tínhamos proposto para reabilitação, não há uma única casa legal, repito, uma única casa legal. E nós que pensávamos que era só pôr a concurso a empreitada e fazer a obra, não é. Não é, por que depois não vem o financiamento, tudo tem de estar legal. -----

Vou-me focar no exemplo do bairro de São Mamede de Ribatua. Como sabe, ou julgo que sabe, aquele edificado está instalado num loteamento. E os loteamentos são sagrados, diria são lei. O loteamento é composto por dois lotes e o edificado ocupa os dois lotes, quando não podia, ou seja, não vamos poder fazer rigorosamente nada em São Mamede de Ribatua, sem primeiro resolver esta questão. E sabe quem a vai resolver, a Assembleia Municipal, temos de fazer uma alteração ao loteamento. Mas, o panorama é idêntico em todos os bairros sociais, não há uma única casa legal. Era assim que se construía. -----

Relativamente aos tempos de crise, como sabem, através do nosso programa de apoio socioeconómico muito provavelmente teremos que criar aqui uma medida de apoio. Contudo, estamos abertos e devem ser sinalizados os casos de necessidade extrema. Nós temos doze IPSS no nosso concelho, que nos podem sinalizar casos de necessidade. Temos a nossa rede social que reúne com alguma regularidade e também não deixará, digamos, de pensar neste assunto e de alertar o Executivo Municipal para a necessidade de intervir. Agora estaremos disponíveis, obviamente não deixaremos que ninguém sofra por necessidade ou por falta de meios para se alimentar, para viver condignamente. -----

O problema do cheiro no saneamento de São Mamede de Ribatua. -----

Senhor Deputado há quantos anos está feito aquele saneamento (?), aquela rede em alta que é gerida pelas Águas do Norte, como sabe. Eu cada vez que vou a São Mamede, já lá vou há muitos anos, sempre senti aquele cheiro. Estava a falar nas proximidades do pelourinho - certo? - designadamente ali no centro da aldeia. Nós já alertamos, não é fácil de resolver. Provavelmente teriam que as ventosas ser subidas pelas paredes dos edifícios e a descarga ser feita a outro nível, eventualmente. Mas, as Águas do Norte estão alertadas para esta situação. -----

Os passadiços, sinto muito orgulho, acreditem, não só como munícipe, mas como Presidente de Câmara. Foi um projeto onde eu apostei tudo, eu próprio. E prometi à população de São Mamede de Ribatua que faríamos este projeto, esta intervenção. E quando falei, aliás à semelhança do que se passou com a Senhora da Piedade, não tínhamos um tostão disponível. Tínhamos a intenção, fizemos o projeto e sabíamos sim, por que tivemos alguma capacidade de ver um bocadinho mais longe, mais à frente, sabíamos que haveria uma revolução ao nível dos fundos comunitários. Sabíamos que apareceriam apoios, mandamos elaborar o projeto e candidatá-lo. Ainda assim, quero dizer que a primeira aprovação que este projeto teve foi no montante de cerca de quatrocentos mil euros, não chegava a quatrocentos mil euros e hoje está num milhão e novecentos mil. Estava num milhão e seiscentos por estimativa, preço base. -----

Entretanto foi revisto tudo, tem aumentado e já vai num milhão e novecentos. Mas nós fomos à luta e



dissemos que não nos interessava, e que com esses fundos não faríamos o projeto. E então lá conseguimos cerca de um milhão e meio. É assim, passo a passo. Agora deu trabalho, deu, é isto que nos reconforta, vemos o fruto do nosso trabalho premiado. E acho que a população de São Mamede de Ribatua e do concelho também deve sentir orgulho. -----

Temos que lançar agora, já brevemente, o concurso da empreitada por que este projeto também tem um prazo limite para ser executado. E se não for executado dentro desse prazo, corremos o risco de perder o financiamento comunitário. E é de facto um projecto, acho eu, impactante para o futuro do concelho, designadamente em termos turísticos. -----

Tenho ouvido algumas críticas, enfim, malta do costume. Quis o destino que nos últimos tempos andem um pouco arredados, mas não perdem pitada, não perdem um segundo para dar uma bicada. E porque agora já não são os passadiços que interessavam a São Mamede de Ribatua, era mais aquilo e não sei mais o quê, enfim, por que a ribeira é virgem e assim é que ela deveria ser conservada. Eu quero dizer o seguinte: se a ribeira de São Mamede, desde a aldeia até ao espelho de água da albufeira, corre virgem e é verdade que sim, muito bonitas, os passadiços só vão permitir que se conserve e se mantenha. Assim, haja civismo depois na utilização do equipamento. -----

Se entretanto não ocorrer a Presidência em movimento, na Freguesia de São Mamede de Ribatua, vamos preparar um conjunto de plantas e expô-las ao público em São Mamede de Ribatua. Para que conheçam com algum detalhe possível em que consiste esta intervenção na ribeira e estamos disponíveis para os esclarecimentos que sejam necessários. -----

Às AEC, eu corro o risco de dizer alguma asneira, se o fizer está aqui a Senhora Vereadora do Pelouro que me corrigirá. Estamos a tratar disso, eu julgo que mais uma semana talvez teremos isto resolvido, começaram em outubro. Portanto, lamento e peço desculpa por ainda não termos acautelado esta questão no devido tempo, mas já falta pouco. -----

Piscinas municipais, julgo que me interpelou no sentido, se elas vão ou não abrir. De facto, nós consideramos que as piscinas municipais são um equipamento extremamente importante e necessário, até porque os nossos miúdos, os nossos alunos têm muitas aulas de natação também. Agora, percebam que é uma decisão muito difícil para nós. Tomáramos a melhor decisão. Elas vão abrir mas, não sei se as conseguimos aguentar. Porque ao preço que a energia está, e os senhores como eu ouvem as notícias, e aquela piscina é aquecida com gás natural. Percebem o que quero dizer, mas elas vão abrir e depois logo se vê. Aguentaremos até onde pudermos. Senhora Vereadora, peço desculpa, as nossas piscinas estão para abrir no início de outubro. -----

Relativamente quanto ao problema dos balneários, sinceramente nunca ninguém me reportou e mesmo ao Executivo que haja problemas com os balneários ou com a água. A ideia que eu tinha, é que de vez em quando faltaria água quente. Efetivamente vamos ver isso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados e as respostas pelo Senhor Presidente da Câmara, dou por encerrado este período. -----

Passo a abrir o período de intervenção do público. Não havendo, dou por encerrado este período. Passo a abrir o período da ordem do dia. -----

 -----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----



PRESIDENTE DA MESA: Introduz o **PONTO UM - EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.** - É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Cláudio Vilela e António Fernandes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Efetivamente também já hoje aqui falámos na questão da Casa dos Noura, o equipamento é excelente para o concelho, fazia falta dada a necessidade. E eu tenho alguma curiosidade, procurei aqui na exposição do Senhor Presidente, estava à espera que viesse hoje o número de entradas no mesmo. Acho que ainda não veio, não sei como é que está, nomeadamente na exposição de Joana Vasconcelos porque efetivamente foi um grande investimento para o Município para a projeção do mesmo, e foi uma exposição de nível nacional que também é necessário trazer para o interior. Portanto, era importante saber esses dados para ver de que forma o investimento catapultou o Município. -----

A outra questão é uma questão aqui no âmbito da fiscalização, na página quarenta e oito. Eu sei que esta exposição sofreu algumas alterações devido ao regime geral da proteção de dados. Efetivamente, as coisas não aparecem com os nomes das pessoas e eu reporto-me até por uma questão de curiosidade e a título pessoal, porque é na freguesia onde eu vivo. Porque também já no passado aqui foram reportadas situações de ocupação do espaço público, nomeadamente uma vez em Francelos, que penso que foi reposta. Há aqui uma queixa de possível ocupação de espaço público em Sanfins do Douro. Queria saber se é possível ter acesso ao que é que se reporta, do que se trata. E se efetivamente houve ou não ocupação de espaço público e qual foi a resolução do problema. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Começo por dizer que quando as coisas começam a correr bem, tudo conclui para que corra bem. Por exemplo, não tenho nenhum problema em dizer que em todas às Assembleias gostei da postura do Senhor Presidente. Da forma como respondeu e o Senhor Presidente da Assembleia que às vezes interrompe qualquer coisa, mas dá logo seguimento de novo. Correu maravilha e é assim que nós temos que continuar a trabalhar. Sinto-me bem também como isso. -----

Chamo a atenção para os Senhores Deputados aqui na página dezasseis, vem aqui uma informação de um assunto muito badalado que realmente roçou, um pouco, o bom nome de pessoas que passaram por esta Câmara. Que também deram o seu contributo, como estamos a dar agora, e que foi assunto de tribunais. Queria-vos dizer que enquanto cidadão de Vila Chã, na freguesia de Vila Chã, enquanto cidadão deste município, enquanto cidadão que conhece as pessoas, inclusive os visados. Que me sinto muito satisfeito, muito confortável por um tribunal ter absolvido essas pessoas. Se alguém se está a rir deve achar graça, mas eu não acho. Eu acho que estamos a tratar de coisas sérias. Do nome de pessoas, de famílias deste concelho e eu fico muito satisfeito que o tribunal tenha decidido assim. Se decidiu é porque não encontrou acusações. Se não encontrou acusações, é mais um dia de satisfação para o concelho. Como ainda agora disse, comecei por dizer, quando corre bem tudo conflui para o bem. Quando corre mal também somos todos atingidos, também é o nome do

concelho que não fica bem e todos saímos mal desta situação. Por exemplo, em Lisboa não se diz que foi o A ou B. Dizem, olha os de Alijó, olha o que é que eles fazem, como eles se portam. Portanto, temos que ter orgulho por esta decisão sinto-me muito satisfeito e os meus parabéns para os visados. Também e por que a Senhora Deputada Glorinha já falou mas, eu próprio por que falei tantas vezes nisso, nas transferências para às IPSS. Transferências essas relacionadas com o covid-19. Também é verdade, mais uma boa postura, é uma boa posição do Senhor Presidente da Câmara. Se calhar, daqui a pouco, dizem que eu estou maluco, estou a dar muitos elogios. Não estou. O Senhor Presidente sempre disse que quando viesse a transferência do governo que iria fazer as transferências para às instituições. Pois bem, como aqui já foi dito, o dinheiro chegou, foi transferido. Não venho aqui agradecer como algumas pessoas vieram, não agradeço. O Senhor Presidente cumpriu com aquilo que disse, cumpriu a sua missão e o dinheiro chegou às instituições, muito bem estamos todos de parabéns. -----

Depois, caríssimos amigos este é o primeiro ponto da ordem do dia, exposição do Senhor Presidente. Eu concordo com tudo o que aqui está feito, ainda ninguém me viu dizer que está mal aqui, ou por que havia de ser ali ou por que havia de ser noutro sítio. E com certeza que se agora se faz numa freguesia, na próxima se fará na outra e assim sucessivamente. Assim, integramos o concelho todo e o concelho ir-se-á desenvolver sucessivamente. E o progresso quando vier, também é para todos. Vou terminar desta forma. Só tenho pena, para além de tudo o que disse, é que realmente nesta informação, como noutras, a freguesia de Vila Chã fica sempre muito esquecida. Eu sei que o Senhor Presidente mora lá e se calhar até se esquece da Freguesia de Vila Chã.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Cláudio. Obras públicas, fiscalização, ocupação de espaço público. Não sei, não sei o que é que se refere sinceramente. Mas o Senhor Vereador do Pelouro poderá depois falar melhor sobre isto, se tem ou não acesso ao processo. Julgo que os interessados, as partes têm acesso, assim o requeiram. Terceiros, sinceramente não sei. É uma questão de se dirigir a Câmara, ao serviço concreto e enfim, logo terá resposta. Perceba que não lhe posso dizer mais nada relativamente a este caso em Sanfins do Douro, de ocupação de espaço público não sei onde é, nem faço a mínima ideia sinceramente. ----- Já agora dêem-me a oportunidade, já que não o fiz no período antes da ordem do dia, já que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Chã falou aqui no assunto e a Senhora Deputada Maria da Glória também, relativamente a este apoio financeiro às associações do nosso concelho, às IPSS foi de facto um compromisso nosso. -----

Permitam-me que eu deixei aqui este número. O investimento que nós fizemos no combate à covid-19 que está muito próximo, aliás atingiu quase meio milhão de euros. E o que eu tinha dito é, na parte que formos reembolsados pela Administração Central será toda inteiramente devolvida às nossas IPSS. -- O Estado dentro deste investimento todo, que o Município fez, devolveu-nos cento e sessenta e três mil sensivelmente, e foi isso que devolvemos às IPSS, de acordo com uma fórmula que foi informada na comunicação que receberam. Estabeleceu-se um mínimo para que as mais pequenas IPSS, com valências mais pequenas, que também tiveram encargos significativos e que têm menos capacidade de resposta a essas ameaças, levassem também uma ajuda significativa. Acho que têm de haver solidariedade entre nós e entre as IPSS também. As IPSS mais fortes, provavelmente, até terão sido

mais prejudicadas, mas julgo que a fórmula de divisão estava clara. Da nossa parte, o Executivo Municipal está orgulhoso por termos cumprido aquilo que assumimos. -----
Relativamente ao número de entradas na exposição de Joana Vasconcelos na Casa dos Noura, como se tratou de um projeto cultural e foi a Senhora Vereadora Mafalda que acompanhou, mandou-me ontem uma mensagem por que eu desconhecia o número, teve cerca de dois mil e trezentos visitantes durante a exposição. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO DOIS – PRESENTE INFORMAÇÃO EE/2022/902 APRESENTANDO O PROJETO FINAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BIKE SHARING-ALIJO.** -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Bike Sharing, como sabem, temos uma ciclovia que infelizmente ainda não está terminada, ainda não está toda pintada, mas para lá caminha. Temos as bicicletas que ainda não estão disponíveis, uma vez que ainda não temos o regulamento. Impunha-se de facto este regulamento, ele percorreu todo o calvário administrativo que a lei impõe. Esteve em consulta pública, a Câmara já se pronunciou e têm que ser agora obviamente a Assembleia Municipal a autorizar este regulamento para que ele produza efeitos. O que é que importa aqui dizer? não há custos de utilização das bicicletas na nossa ciclovia, nesta como em outras que possam existir no futuro, é completamente gratuita. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Carlos Monteiro e António Fernandes. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----
Eu só vim aqui e peço desculpa por não falar sobre Bike Sharing mas, só para repor a verdade. Não sei se o Senhor Deputado António Fernandes recebeu a mesma informação que eu, porque a informação que eu recebi diz o seguinte: relativamente ao processo contra o Doutor Artur Cascarejo e o Professor Adérito. -----

PRESIDENTE DA MESA: Peço desculpa Sr. Deputado Carlos, mas a sua intervenção não diz respeito a este ponto. Se no período de antes da ordem do dia tivesse feito esse pedido de intervenção, ter-lhe-ia dado a palavra. -----

Uma coisa é prescrição, outra é não condenação, são coisas diferentes. O facto de prescrever não quer dizer que não tenham ocorrido os factos-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Caros Senhores, como eu disse há bocadinho, a ciclovia veio em boa altura, muito bem. Só como diz o povo, não há rosas sem espinhos. E eu vou dizer quais são os espinhos que têm esta rosa. Agora, com aquilo que não concordo e ainda foi agora na inauguração das obras da recuperação da Senhora da Piedade. -----

Como o Senhor Presidente sabe, sempre que recebo convites para iniciativas, seja em Favaio seja onde for, eu só mesmo se não puder é que não estarei presente. Porque acho que devemos honrar os lugares que ocupamos. Mas vamos ao assunto, às bicicletas, as pessoas entendem isso como um lazer. Com descidas e claro com constantes subidas de sete e oito por cento. Ninguém consegue segurar-se em cima de uma bicicleta com essa inclinação. Depois, o Senhor Presidente disse e bem e

eu acredito nisso, estas infraestruturas do que tenho visto têm pelo menos boas bermas para suportar o alcatrão para que as pessoas ou os ciclistas vão em segurança. -----

Depois, também no caso do acesso à Senhora da Piedade pelo lado norte, falando assim. Aconteceu na inauguração, ir um camião para lá e os que vêm para cá não conseguem passar ou os que vão para lá não passam e passam os que vêm para cá. -----

Portanto, para fazer uma ciclovia, estrangular um acesso, uma estrada... Pronto, toda a gente lá passou e ninguém reclamou. Não achei que fosse boa iniciativa, porque podiam expropriar um bocado, podiam expropriar mais e ficávamos servidos das duas formas. -----

Depois, também e está aqui, eu tirei uma fotografia, não entendo muito bem. Está ali um sinal que está caducado. Diz, uma bicicleta em cima, outra ao meio e outra no fundo, de segunda à sexta, das sete às dez e das dezasseis às dezoito e trinta. Será que os ciclistas só podem ir dentro deste período? Não podem ir? Como é que isto se processa? Eu acho que quem quer andar de bicicleta, agarra na bicicleta e vai embora e vai por aí usufruir do que lá está. Assim, fica um pouco baralhado. Claro que hoje o Senhor Presidente está para dar boas explicações, com certeza tem uma razão para isto, e que vai explicar por que assim é. -----

Só uma notazinha sobre a caça, esse flagelo, deixo aqui uma nota só. Há dias eu fui para uns terrenos da minha freguesia e passou, em frente a mim, uma vara de javalis, nem os consegui contar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado peço desculpa, mas ainda agora cortei a palavra a um colega, dado que a intervenção nada tinha a ver com o ponto em questão. -----

Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se pretende fazer alguma intervenção. -----

Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Ciclovia. Senhor Deputado, a ciclovia não comeu um milímetro à estrada municipal que liga a Senhora da Piedade. Ela foi toda feita do traço exterior para fora, portanto foi alargada a berma. A estrada municipal tem exatamente a mesma medida que tinha dantes. Agora, é verdade que quando se cruzavam duas viaturas, havia sempre a tendência de ir a berma ou ao taludo, digamos assim, para fora do risco, agora não pode de um dos lados. Mas, ela tem exatamente naquilo que é faixa de rodagem, exatamente a mesma medida. -----

Relativamente ao sinal que mostrou. Quem tirou a carta neste novo código conhece, com certeza, estes sinais, está lá a resposta no código. O que isso quer dizer Senhor António Fernandes, em boa verdade é o seguinte: nesse horário que aí está, atendendo a que a ciclovia tem troços partilhados entre bicicletas/automóveis, nesses horários as bicicletas têm prioridade, é exatamente isso que quer dizer. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO DOIS – PRESENTE INFORMAÇÃO EE/2022/902 APRESENTANDO O PROJETO FINAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BIKE SHARING-ALIJO**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com 35 votos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

Introduz o **PONTO 3 - PRESENTE INFORMAÇÃO CED/2022/974 REFERENTE A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO II – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----



PRESIDENTE DA CÂMARA: Ora, através deste ponto que passo a apresentar resumidamente pretende-se o seguinte. Como sabem, em dois mil e dezoito, foi publicada uma lei, lei cinquenta de dois mil e dezoito, que estabelecia digamos assim, a possibilidade de transferência de competências para os Municípios. Competências que até aí eram da Administração Central. Depois, a forma de transferência foi operada através do decreto-lei vinte e um, de dois mil e dezanove, e o decreto-lei cinquenta e seis, de dois mil e vinte. Como poderão ver aqui nesta proposta, há uma série de considerandos, e eu tinha aqui os mais importantes.-----

Desde logo dizer que o decreto-lei vinte e um, de dois mil e dezanove, determina que salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no decreto-lei que transfere estas competências, digamos assim, para os municípios, são delegáveis por sua vez no diretor do agrupamento. Ou seja, o Município recebe por transferência da Administração Central as competências mas, pode por sua vez face à lei delegar no agrupamento respetivo. Diz também a lei setenta e cinco, de dois mil e treze, que a única forma legal de o fazer é através de um contrato interadministrativo. É a única forma legal. Por isso, consciencializou-se com o Agrupamento os termos deste contrato interadministrativo, que prevê exatamente a delegação de competências no senhor diretor do Agrupamento. -----

Competências, que passo a referir, são competências que têm a ver com encargos com instalações, que vem no quadro lá mais à frente, são águas, eletricidade, combustíveis e comunicações. Encargos com higiene, limpeza e material de escritório e conservação do edificado. São também competências na área da alimentação, possivelmente refeições escolares. Ou seja, através deste contrato interadministrativo estima-se que o Município transfira para o Agrupamento até ao final deste ano cerca de duzentos e oitenta mil euros, sensivelmente número redondo. -----

Posto isto, e digamos consciencializados os termos com o Agrupamento e tendo esta proposta de contrato interadministrativo obtido aprovação do Executivo Municipal propõem-se agora à Assembleia que autorize este contrato, que prevê exatamente a transferência daqueles montantes que eu referi atrás e que nos foram comunicados nos mapas da DGAL. São os únicos conhecidos até agora, como valores a transferir para o Município e que o Município por sua vez transferirá para o Agrupamento de escolas.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o seguinte deputado: Carlos Monteiro. -----

Eu só vou fazer a intervenção antes do Senhor Deputado Carlos Monteiro, agradeço. Quando o Senhor Presidente da Câmara fala no valor de duzentos e oitenta mil euros, reporta-se ao ano económico ou ano letivo? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Ano económico. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Antes de mais queria perguntar ao Senhor Presidente da Mesa, cortou-me a palavra por não estar a falar do tema e o Senhor António Fernandes acho que não falou do regulamento. É ignorância minha do funcionamento da ordem dos trabalhos. --- A minha intervenção refere-se ao seguinte: esta lei foi publicada há mais de dois anos. Portanto, já se sabia há mais de dois anos que, estas transferências de competências seriam em abril deste ano. Estamos a aprovar a delegação de competências no dia trinta de setembro. No dia trinta de setembro deveríamos estar a aprovar as do ano que vem, às de dois mil e vinte e três. Portanto, tendo em conta



que tive alguma participação na elaboração deste protocolo, de facto foi um calvário não sei responsabilidade de quem mas, desde que se começou o processo até chegar aqui demorou-se um tempo imenso que sinceramente não consigo justificar. Entretanto, o Município tem as verbas que vieram do Ministério da Educação e a escola está a dever dinheiro aos fornecedores, por que não tem como pagar. Espero que rapidamente se consiga resolver isto, mas esperemos que em dois mil e vinte e três não seja em março de dois mil e vinte e três. Só para esclarecer que o ano de dois mil e vinte e três começa no dia um de janeiro e portanto, na próxima reunião impreterivelmente deve estar isto previsto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Claro que sim, que pretendo intervir não vá ficar a culpa ou pelo menos a sensação de culpa no Município. O Professor sabe perfeitamente o que tem sido isto, de transferências de competências no âmbito da educação. Isto é completamente trabalhar no escuro e o Município devagarinho. Enquanto na área da saúde as coisas têm decorrido de forma muito ponderada e participada, por isso é que ainda não ocorreu a transferência das competências. Efetivamente, na educação disseram-nos não, não, meus senhores. Faz favor toquem a viola como entenderem e depois lá se vai ver lá à frente. Vamos trabalhando, vamos vendo. E fazer um contrato Interadministrativo, num total desconhecimento, compreendam, não é mesmo assim muita coisa, ainda não tinha saído. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 3 - PRESENTE INFORMAÇÃO CED/2022/974 REFERENTE A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO II – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO.** Tendo sido aprovado, por unanimidade, com 34 votos, nos termos da alínea k) do n.1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

Introduz o **PONTO 4 – PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/996 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022 – ETAR’S BIOLÓGICAS – BACIA DO RIO TUA (2021/II/76) E ETAR’S BIOLÓGICAS – FORA DA BACIA DA ALBUFEIRA DO RIO TUA (2021/II/86 E 2021/II/83).** -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu se calhar com autorização do Senhor Presidente da Assembleia apresentava os dois pontos porque eles são em tudo idênticos. -----

Com certezas que perceberam, estas empreitadas decorrem exatamente desse roteiro que tínhamos previsto e apresentado estes projetos ao Ministério do Ambiente que depois resultaram na publicação de um aviso. O Município candidatou-se, portanto foram aprovados e agora toca a realizar a obra. Isto era uma previsão não havia nada de concreto mas, entretanto as candidaturas foram efetivamente aprovadas. Aliás, alguns destes investimentos já estão adjudicados a partir do momento em que foram aprovados, ficamos a conhecer os números reais destes investimentos. E portanto, o que tivemos de fazer foi adaptar os documentos previsionais em termos daquilo que é o investimento em dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. Parte do investimento ainda acontecerá no ano de dois mil e vinte e dois e o grosso acontecerá em dois mil e vinte e três. É basicamente isto. -----

Como é um investimento plurianual e de acordo com a informação dos serviços técnicos foi, digamos assim, acomodar este investimento nestes dois anos de execução. Pura e simplesmente mais nada.

Aliás, quer para o primeiro ponto quer para o segundo, são em tudo idênticos. -----
 No primeiro caso, temos as Etar's biológicas de Santa Eugenia e de Vale de Mendiz, e no outro a Etar biológica de Francelos. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições em simultâneo para o ponto quatro e cinco, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 4 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/996 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022 – ETAR'S BIOLÓGICAS – BACIA DO RIO TUA (2021/II/76) E ETAR'S BIOLÓGICAS – FORA DA BACIA DA ALBUFEIRA DO RIO TUA (2021/II/86 E 2021/II/83)**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com 33 votos, nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e nos art.º 6.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06. -----

Coloca à votação o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/997 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022 – ETAR'S BIOLÓGICAS – FORA DA BACIA ALBUFEIRA DO RIO TUA (2021/II/83)**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com 33 votos, nos termos do art.º 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08/06 e nos art.º 6.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06. -----

Introduz o **PONTO 6 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1016 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 33.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 – MODIFICATIVA**. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Trata-se de uma proposta de alteração orçamental modificativa, portanto, inclui a criação de novos projetos e novos investimentos. E portanto, obrigatoriamente têm que merecer a aprovação da Assembleia Municipal. -----

No orçamento da receita, foi efetuado um reforço à receita corrente e permitam-me que leia porque isto é técnico e não há muito que inventar aqui. Há receita corrente e receita de capital, por haver necessidade de criar novas classificações económicas na sequência da assinatura de protocolos com entidades externas e se tenham efetuado candidaturas que se estima que originem receita. Nomeadamente o financiamento para a limpeza da estrada da barragem. -----

Isto foi um financiamento obtido, obtido muito recentemente e decorrente de um compromisso da APA, em intervir na envolvente da nossa barragem, designadamente na limpeza da estrada nacional, duzentos e doze, à barragem. Portanto, não sendo equipamento nosso, estando concessionado às Águas do Norte, mas sendo propriedade da APA, do antigo instituto INAG, nós sempre nos opusemos a investir naquela limpeza porque não sendo nosso e tendo até a dada altura o Município pedido a concessão daquela barragem, a APA assim não o entendeu tendo concessionado às Águas do Norte. Portanto tudo bem, terá de ser a APA a investir. Como se vai fazer este investimento, agora há uma transferência da APA para o Município. Portanto, não estava previsto nos documentos previsionais foi preciso criar este projeto. -----

Também a aquisição de uma viatura, um autotanque, uma viatura pesada que prevê a transferência também de cento e cinquenta mil euros da APA. Também é comparticipada pela APA para o Município. A viatura custará cerca de duzentos e oitenta mil euros, à volta disso. Conseguimos também obter uma comparticipação da APA para a aquisição desta viatura no montante de cento e





cinquenta mil euros. Portanto, não estava previsto, aconteceu tudo recentemente e foi preciso também criar, acomodar isto em termos do orçamento da receita. -----

Às ações de sensibilização de educação no âmbito ambiental. E uma candidatura que vimos também aprovadas muito recentemente, relativamente à qual não tinha grande esperança que fosse aprovada, que tem a ver com a requalificação da zona de lazer de Alijó. Aquele espaço maravilhoso onde se faz “Os Sons do Parque” e se fez também a “Feira dos Vinhos”. Ela carece de alguma intervenção, designadamente ao nível de mobiliário urbano, piso. Portanto perdoem-me, não me recordo exatamente qual o montante da aprovação mas, vai ser objeto de comparticipação. -----

Também no orçamento de receita foi feito um reforço para o ano económico de dois mil e vinte e três, por se estimar que os gastos ocorrem nesse ano económico, nomeadamente a Loja do cidadão. Quando falo de Loja de cidadão, falo de um espaço que é ali ao lado do chafariz de Alijó, entre os chafariz e a igreja. Onde está de facto um cartaz nosso, com as imagens da intervenção, a arquitetura da intervenção. E o Município a dada altura, pese embora tivesse a parte urbana, tivesse sido pensada para outro fim. O Município entendeu que faria sentido repensar a ideia e transformar aquele espaço num espaço de Loja de cidadão, aonde infelizmente só vão ser acomodados os serviços das Finanças e da Segurança Social. O Registo e Notariado teima em não fazer parte daquele equipamento futuro. - E portanto, reformulamos o projeto, fizemos uma candidatura, quatro, cinco dias, repensámo-lo e alterámo-lo, e o certo é que conseguimos investimento de novecentos mil euros. Novecentos mil euros para a futura Loja do cidadão que vai ser instalada ali naquele edifício. Foi um projeto deste ano também foi preciso carregar isto nos documentos previsionais. -----

Depois, um outro projeto que é Resiliência Proteger Alijó, que é um projeto florestal. -----

Não me recordo exatamente o montante de financiamento mas, também sei que é significativo isto no âmbito da receita, no plano plurianual de investimentos, portanto, uma coisa são os correntes, outra coisa são os projetos e empreitadas. Portanto, no plano plurianual de investimentos houve a necessidade de criar novos projetos. A Loja de cidadão como já referi, a aquisição de equipamento hoteleiro para o futuro Miradouro de Casal de Loivos, uma coisa é a obra, outra coisa é o equipamento interior. Porque não tinha projeto em PPI, foi também criado. -----

O projeto para a aquisição de uma viatura cisterna, autotanque. E Alijó mais sustentável, mais resiliente, como já tinha falado. -----

Depois, foi também criada uma rubrica para fazer face a pedidos de empreiteiros relativamente à revisão de preços. Como sabem, o empreiteiro tem a possibilidade ao longo da empreitada de pedir revisões e mesmo depois da empreitada e da obra rececionada durante um tempo considerável ainda pode apresentar revisão de preços. -----

Estas obras que aqui vêm referidas, pese embora tenham sido terminadas e rececionadas em dois mil e vinte um, o empreiteiro veio agora em dois mil e vinte dois pedir a revisão de preço. E tem esse direito a lei dá-lhe esse direito. Como já não constava no nosso PPI houve a necessidade de recriar este projeto exclusivamente para permitir o pagamento da revisão de preços. -----

E também criar uma rubrica, se se recordam, nós aprovámos e esteve também em discussão pública o regulamento que permite apoiar ou fomentar a produção designadamente ao nível dos tratamentos e vacinação, tratamentos profiláticos. Não tínhamos acomodado isto em termos de plano de atividades,



portanto, houve necessidade de criar também esta rubrica para que possamos fazer face aos pedidos que agora nos chegam dos nossos produtores pecuários, pedidos de apoio. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 6 – PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1016 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 33.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 – MODIFICATIVA.** Tendo sido aprovado, por unanimidade, com 33 votos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09. -----

Introduz o **PONTO 7 - PRESENTE COMUNICAÇÃO DA CPCJ DE ALIJÓ REFERENTE A TÉRMINO DE MANDATO E NECESSIDADE DE ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º 17 DA LEI N.º 147/99, DE 01/09 – LEI DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.**-----

Recordo que tínhamos quatro representantes, Toni Afonso, Lurdes Barbosa, Cármen Pinto e Sónia Pinheiro. A Sónia Pinheiro acabou agora o mandato e vamos ter que a substituir. Peço aos grupos municipais para indicarem um nome possível para a substituição. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): A bancada da coligação “Afirmar a Nossa Terra” vai indicar o nome do Deputado e Presidente de Junta Luís Miguel Catarino Gonçalves da Fonte.-----

PRESIDENTE DA MESA: Não há uma lista, só um nome indicado, por isso será sim ou não. -----

Coloca à votação por escrutínio secreto o **PONTO 7 - PRESENTE COMUNICAÇÃO DA CPCJ DE ALIJÓ REFERENTE A TÉRMINO DE MANDATO E NECESSIDADE DE ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º 17 DA LEI N.º 147/99, DE 01/09 – LEI DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL,** atendo sido aprovada, por maioria, a lista apresentada pela coligação “Afirmar a Nossa Terra”, com o nome de Luís Miguel Catarino Gonçalves da Fonte, com 25 votos a favor e 8 votos em branco. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas às intervenções do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Deputados, pergunta ao público se alguém quer intervir. -----

Vou ler a ata em minuta, e colocar à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Lida a ata em minuta, é aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente da Mesa deu por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão ordinária de 30 de setembro de 2022. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA -----

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 16/12/2022, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

A MESA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2022

TOMADA DE POSSE

Antes de ter início o Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou que foi recebida uma comunicação do deputado municipal Renato Luís de Araújo Forte Sampaio, informando que não poderia estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 30/09/2022.

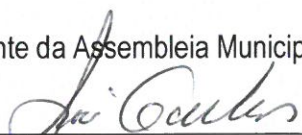
Nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e art.º 12.º e 15.º do Regimento da Assembleia Municipal foi a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi proposto o deputado ausente.

Justificada pela Mesa a falta e verificada a identidade e legitimidade, foi dada a palavra a Bruno Pinto Lopes que disse: "EU, BRUNO PINTO LOPES, ABAIXO ASSINADO, JURO SOLENEMENTE POR MINHA HONRA, QUE CUMPRIREI COM LEALDADE AS FUNÇÕES QUE ME SÃO CONFIADAS."



Bruno Pinto Lopes

O Presidente da Assembleia Municipal



José Alberto Queirós Canelas